

Roberto Simonsen



Por **LINCOLN SECCO***

Simonsen atribuiu ao ciclo da pecuária o ponto de partida da formação do Brasil nação devido às semelhanças com o ciclo industrial que se iniciava na década de 1930

No ano seguinte à derrota do levante de 1932, Roberto Simonsen foi um dos criadores da cadeira de História Econômica Nacional na Escola de Sociologia e Política, destinada a ser uma instituição de formação de elites^[i]. Ali ele proferiu as primeiras conferências que serviram de base à posterior publicação de sua *História Econômica do Brasil* em 1937.

Simonsen escreveu outras obras de história econômica e sua rede de relações intelectuais envolveu alguns dos pioneiros da disciplina entre nós: Calógeras, Capistrano de Abreu e os portugueses João Lúcio de Azevedo e Antonio Sergio. Nelson Werneck Sodré escreveu que seu *Aspectos da História Econômica do Café* (1938), além de obra informativa, tratava dos reflexos da cafeicultura em toda a estrutura do país^[ii]. Caio Prado Júnior, por outro lado, considerou a *História Econômica do Brasil* de Simonsen, “sobretudo informativa”, mas ressaltou que *Evolução Industrial do Brasil* é uma síntese interessante e que o “autor fala com a autoridade e experiência de um dos grandes industriais brasileiros”^[iii]. Celso Furtado não só elogiou a obra de Simonsen, como a utilizou fartamente como base empírica de sua *Formação Econômica do Brasil*, além de assumir algumas posições do autor. Edgard Carone publicou coletâneas com textos de Simonsen e estudou seu pensamento industrial. Em 1978 o principal livro de Simonsen atingiu a oitava edição.

Ação

A depender da fonte Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) teve seu local de nascimento atribuído à cidade de Santos ou ao Rio de Janeiro. O fato é que ele se considerava santista e, apesar de suas origens inglesas e escocesas, integrou organicamente a elite paulista da Primeira República e assumiu o orgulho regional que era a sua marca.

Consciente dos interesses de sua classe e, conforme sua visão, também dos trabalhadores, ele orientou seus estudos históricos para a solução racional dos problemas que afetavam o desenvolvimento econômico do Brasil. Superar os obstáculos que se interpunham ao *take off* da indústria nacional foi um dos seus objetivos maiores. Dessa forma, o trabalho de reflexão teórica estava aliado a um objetivo político^[iv].

Simonsen declarou que “o objetivo da civilização deve ser a difusão do bem estar e da cultura pelo maior número” e que seu livro deveria contribuir para a criação de uma consciência nacional que facilitasse a evolução econômica do país^[v]. Embora cite Marx em apoio à disciplina de História Econômica, seu modelo teórico é Werner Sombart do qual extrai o capitalismo como um tipo ideal.

Uma de suas marcas é o uso exaustivo de fontes primárias, desde livros raros e antigos, até inventários, testamentos, cartas régias, regulamentos, atas de câmaras municipais, correspondências e diversos manuscritos do Arquivo Nacional, Arquivo do Estado de São Paulo, Biblioteca Nacional, Arquivo do Departamento de Estado dos EUA etc. Também procedeu a enorme coleta de dados estatísticos, construiu na medida do possível séries históricas e procedeu a cálculos de preços, câmbio, arrecadação e volumes de comércio, embora nem sempre explicita como chegou a alguns dos resultados. Mas há momentos em que corrige dados agregados de outros autores e demonstra criatividade e vigor analítico ímpares.

Para Simonsen, o Brasil-Colônia surgiu com a Revolução Comercial européia e o Brasil-Nação com a Revolução Industrial inglesa. A economia colonial se caracterizou por: direção das principais atividades econômicas nas mãos de elementos alienígenas; a posse, por estes elementos, dos principais capitais aplicados na produção local; a orientação dessa produção aos interesses da metrópole; e subordinação do trabalho produtivo local ao controle externo da administração, distribuição e transporte^[vi]. É preciso lembrar que entre os que se dedicam ao trabalho produtivo, Simonsen inclui os empresários locais, colonos que paulatinamente aderiam a ideais nativistas e, em segundo plano, aos produtores diretos.

Decerto, essa avaliação do passado estava subordinada ao momento de construção da economia e do Estado nacionais na década de 1930. Entretanto, isso não significa que Simonsen não atentasse para a autonomia relativa e necessária dos estudos acadêmicos em relação ao imediatismo da prática política. O seu interesse pela história econômica do Brasil seguiu os padrões científicos da sua época. Além disso, alimentou uma atividade política diferenciada: suas intervenções públicas, fosse como líder das classes produtoras (capitalistas) ou como parlamentar constituinte, estavam voltadas não só para as possíveis repercussões imediatas, mas também para o longo prazo.

Simonsen estudou na Escola Politécnica de São Paulo, formando-se em 1910. Dois anos depois fundou a Companhia Construtora de Santos, responsável por inúmeras obras de grande vulto nesta cidade. A Companhia Santista de Habitações Econômicas, também por ele instalada, foi responsável pelo erguimento do bairro de Vila Belmiro. Sua atividade como engenheiro abrangeu ainda a construção de quartéis para o exército, sob os auspícios do ministro, de origem cipriota, Pandiá Calógeras, figura de proa da Primeira República e estudioso da história monetária brasileira^[vii]. Também atuou no asfaltamento de ruas da capital paulista na década de 1920 e dirigiu a Cerâmica São Caetano.

Simonsen foi a encarnação do tipo ideal de capitalista braudeliano. Ele se envolveu em negócios de diversos ramos: frigoríficos, cobre, borracha, combustíveis, comércio de café e intermediação de investimentos estrangeiros no país, fato que fazia a Aliança Nacional Libertadora considerá-lo expoente do imperialismo. A crítica provinha de seu líder em São Paulo, o historiador Caio Prado Jr^[viii], também ele filho de uma família de capitalistas.

Como outros industriais da Primeira República, Simonsen defendia tarifas para a proteção da produção nacional. Mas raramente os industriais tinham uma posição coerente^[ix], continuada e enérgica, sempre recuando frente as oligarquias rurais, às quais eles se vinculavam por interesses, investimentos, casamentos e negócios. Simonsen apresentava uma qualidade de pensamento e coerência maior. Tanto que foi o líder de uma cisão, ocorrida na Associação Comercial de São Paulo, em 1928, da qual resultou a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Como deputado, Simonsen defendeu na Constituinte de 1934 a intervenção estatal na economia e uma moderada legislação social e trabalhista. Foi presidente da Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente rebatizada como Confederação Nacional da Indústria (CNI). E em 1937 assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Versátil, Simonsen comandou tanto a economia paulista quanto a nacional sob as exigências da guerra. Na Guerra Civil de 1932 mobilizou os recursos industriais e a conversão da produção para o esforço militar; defendeu a emissão de meios de pagamento sacados pelos bancos paulistas contra seus créditos no Banco do Brasil e discutiu o lastro da moeda constitucionalista^[x]. Na esfera produtiva criou um Departamento de Mineração e Metalurgia na Serra de Ipanema, antiga siderúrgica encravada na região de Sorocaba desde a regência de D. João VI. Ao mesmo tempo, Simonsen determinou que a Usina de Ribeirão Preto tratasse o minério de Ipanema e fabricasse ferro silicioso e carbureto de cálcio. Durante o

Estado Novo foi membro do conselho consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica.

Como político, Simonsen combateu com tenacidade o PCB – Partido Comunista do Brasil. Mas o fez não apenas com medidas políticas, apoiando a cassação do registro legal desse partido, mas ocupando-se em criar instrumentos de conquista do operariado para uma política baseada na colaboração de classes, e não no seu antagonismo. A fundação do SESI e do SENAI vinculou-se ao objetivo de criar uma alternativa de formação e capacitação profissional dos operários, bem como de elevação das suas condições morais e econômicas. Apesar de ter sido anti-varguista em 1932, era pragmático e pertenceu, durante o Estado Novo, ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo[xi]. Foi também presidente de inúmeras associações de classe e escreveu relatórios técnicos e econômicos de grande valor histórico, documental e técnico.

Não seria útil, nem razoável, descrever aqui todas as atividades empresariais e de representação pública exercidas por Roberto Simonsen. Já foram analisados o seu destacado papel na política paulista (na fundação da FIESP, em 1928 e na guerra civil de 1932) e, durante o Estado Novo, também na política nacional, bem como suas ideias acerca do fordismo/taylorismo[xii]. A parte que mais o eternizou na cultura nacional, foi, sem dúvida, sua atividade como historiador econômico em que foi pioneiro em muitos aspectos. Em segundo lugar seu debate com o economista liberal conservador Eugenio Gudín.

O Historiador

Anteriormente a Simonsen, a História Econômica era uma disciplina quase ausente em nossos meios intelectuais. Havia histórias orçamentárias, administrativas, comerciais ou monetárias (Calógeras, Félix Contreiras Rodrigues, Max Fleiuss etc.), sem que ninguém se atrevesse a tratar da economia como uma totalidade de relações de produção, distribuição, circulação etc. Alcântara Machado, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna haviam se dedicado a aspectos da vida material na época colonial, mas de maneira marginal em suas obras clássicas.

Na fase colonial os nomes de Brandônio, André João Antonil, Arruda Câmara, Azeredo Coutinho, José da Silva Lisboa e outros, constituíram o que a tradicional história do pensamento econômico brasileiro chamou de nossos primeiros economistas[xiii]. Mas, então, o Brasil não possuía autonomia e nem uma *história econômica* que pudesse ser estudada, sem dados e sem conceitos apropriados.

No final do período imperial, L. Castro Carrera foi um dos pioneiros na narrativa e descrição da evolução orçamentária do Brasil[xiv]. Seus temas eram os balanços, direitos de importação e exportação, a dívida pública (interna e externa), taxa cambial, sociedades anônimas etc. Seu livro assemelha-se mais a uma resenha descritiva da coleção de leis e dos anais parlamentares da época, do que a uma *história* propriamente dita. Não se refere às formas e condições de produção e pouco fala da natureza, alcance e significado político das medidas tomadas pelo governo imperial. A tarifa Alves Branco (1845), de grande importância, é pouco analisada, e o surto de construção ferroviária da segunda metade do século XIX é apenas descrito, sem explicações maiores. Só mais tarde a luta pela indústria brasileira foi sumarizada pela historiadora Nícia Vilela Luz.

No final do século XIX e nos dois primeiros decênios do século XX, surgiram histórias monetárias do país, sendo Amaro Cavalcanti um pioneiro, para não citar trabalhos mais circunstanciais de Mauá e Rui Barbosa. Um estudo mais substancial, o de Calógeras[xv], precedeu um pequeno livro de Ramalho Ortigão, de 148 páginas[xvi], sobre a moeda nacional. Também trabalhos sobre a história financeira, como o de Leopoldo Bulhões, publicado em 1914 pelo Jornal do Commercio apareceram. Em 1914 publicou-se o primeiro congresso de história nacional, cuja 6ª seção de seus anais, editada em 1916, referia-se à história econômica. Obras raras só encontradas nos sebos até os anos 1980.

Somente nos anos 1920 e 1930 surgiram aquelas primeiras obras que merecem, realmente, o título de “história

econômica”. Em 1922, um pequeno esboço de Victor Vianna tratou do tema^[xvii]. A única obra de relevo maior foi a de Lemos Brito, com seus *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, publicada em 1923, onde historiou os aspectos gerais da economia brasileira.^[xviii] J. F. Normano também fez uma importante obra: *Evolução econômica do Brasil*, publicada em 1935, nos Estados Unidos (só viria a ser editada em português em 1938).

Como já citado, em 1933 foi fundada a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ainda hoje existente, situada à rua General Jardim, nos Campos Elísios. Simonsen foi professor fundador dessa escola, e nela lecionou, como vimos. As suas aulas constituíram o material básico para a publicação, em 1937, da *História Econômica do Brasil*.

Material e Métodos

Obra de fôlego, primeira a dar uma explicação sistemática para aquilo que, antes dele, ainda era um amontoado de dados estatísticos e fatos sem unidade. Simonsen elevou a História Econômica do Brasil a um novo patamar, superando a História *événementielle* no campo econômico.

Simonsen valeu-se do trabalho de um grupo de pesquisadores que fizeram a coleta e conferência dos dados e criaram tabelas de conversão de valores^[xix]. Sua posição de capitalista lhe permitiu remunerar e coordenar o grupo, antecipando o tipo de trabalho acadêmico que, em São Paulo, só se tornaria comum com o desenvolvimento de agências de fomento e grupos de investigação empírica na USP no pós II Guerra.

Capitalismo ou regime feudal? Essa é a pergunta inicial de Simonsen respondida de modo taxativo: o regime das donatárias nada tinha a ver com a economia feudal já que o fito do lucro movia a exploração do Brasil. E nem mesmo em Portugal vigorava o feudalismo.

Para Simonsen a ideologia econômica exprime os “imperativos econômicos” ou os “irreprimíveis determinismos econômicos” que ao fim e ao cabo condicionam as decisões políticas e administrativas. O mercantilismo, por exemplo, fez-se desnecessário quando a Revolução Industrial elevou enormemente os volumes de produção e consumo em relação ao meio circulante. Todavia, as ideias retroagem sobre a vida econômica. A Economia Política do século XVIII foi resultado do novo ambiente econômico e social, mas em seguida a “aplicação sistematizada das novas ideias produziu um novo surto do capitalismo”^[xx].

Simonsen defende uma perspectiva além da materialista e da idealista, pois considera que os fenômenos econômicos não podem ser observados do ângulo exclusivo da Economia ou da Política e compete à História Econômica a interpretação mais objetiva dos fatos. Ele também demonstra que as ideias correspondentes aos países antigos não necessariamente devem predominar em países recém independentes e que a ideologia liberal não correspondia às necessidades do país no final da época colonial, sendo adotada mesmo assim, como veremos adiante.

Simonsen explicou a nossa história econômica a partir dos seus principais ciclos de exportação. Numa economia periférica e colonizada, os seus ritmos fundamentais não poderiam ser buscados apenas em fatores endógenos, mas nas oscilações do mercado mundial e na política econômica definida na metrópole.

Essa teoria dos ciclos, herdada de João Lúcio de Azevedo, o grande historiador português das *Épocas de Portugal econômico* (1928)^[xxi], e de outros teóricos, encontrou em Simonsen seu intérprete brasileiro mais importante. Simonsen mantinha contato com historiadores portugueses, particularmente Antonio Sergio, como vimos^[xxii].

Até bem recentemente, a separação de nossa evolução econômica em ciclos do pau brasil, ouro, café, borracha e indústria era ensinada em nossas escolas e em livros didáticos. João Lúcio de Azevedo estabeleceu os ciclos da pimenta, ouro, açúcar e diamante na história de Portugal; e Normano também esboçou a ideia de estudar a história econômica do Brasil

“pelos seus produtos principais” (açúcar, ouro, algodão, borracha e café)[\[xxiii\]](#), mas foi Roberto Simonsen o responsável e pioneiro pela façanha de unir a teoria e a narração histórica dos ciclos de maneira detalhada e numa obra de “arquitetura” desenvolvida.

Simonsen estudou com vagar o desenvolvimento das técnicas de navegação, o processo inicial da colonização, o aproveitamento econômico do território, as políticas econômicas emanadas da metrópole, os ciclos de exportação e a expansão paulista, dentre outros temas. Sua caracterização da mão de obra e de sua importância econômica, bem como sua ideia de que o capitalismo, iniciado pela transposição da civilização europeia ao Brasil, espalhava o progresso material e o bem estar, não o impedia de observar os obstáculos a esse progresso: o regime de castas e a concentração de riqueza em círculos pequenos e privilegiados só impediam a marcha civilizatória capitalista[\[xxiv\]](#).

Exibiu os preconceitos existentes em todas as obras clássicas da historiografia, mas também registrou *en passant*, aparentemente sem se dar conta, lutas indígenas de resistência e a contribuição do conhecimento africano à siderurgia no Brasil, superior à dos portugueses.

O conceito de ciclos de exportação permitia a Simonsen considerar também as transições e superposições entre eles; as atividades acessórias voltadas ao mercado interno; e a estruturação interna de um sistema rudimentar de comércio e de vias de transporte. Concorreu para isso, mais do que qualquer outra atividade, a pecuária. Por isso, ele identifica nela um dos pontos de formação da nação no interior da colônia, o que passou despercebido aos seus críticos, ainda que Afrânio Peixoto tangencie a questão no prefácio ao escrever que as tropas e tropeiros performaram uma economia que “desparticularizou o Brasil”[\[xxv\]](#).

De Colônia a Nação

O ciclo da pecuária teve seu início na formação de uma economia complementar à açucareira (“retaguarda econômica das zonas de engenho”[\[xxvi\]](#)) e produziu a ocupação do sertão, pois desde cedo instalou-se o conflito entre lavradores e criadores pela posse das terras mais próximas ao litoral. Simonsen faz uma observação, ainda que propositalmente exagerada e irônica, típica de um historiador capaz de integrar elementos do cotidiano numa moldura explicativa maior: “Não havia o uso do arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos”.[\[xxvii\]](#) Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o interior. É nessa retirada que ele registra um grande levante de indígenas no último quartel do século XVII e que representavam para ele uma forma primitiva de existência.

A outra zona de criação foi o sul. A mineração produziu concentração populacional e especialização econômica, fomentando o mercado para alimentos, couro e animais de carga, como as mulas e cavalos, o que exigia novas rotas de comércio que ligaram os campos de Viamão e além com a zona de Sorocaba e as Minas Gerais.

Foi introduzida também ao lado da carne de sol nordestina, a de charque preparada com sal. “As leis econômicas foram, assim, delimitando, dentro das fronteiras brasileiras, as zonas de preponderância de gado e de melhor carne bovina”. Por inúmeras razões, como as mesológicas, o gado do sul preponderou sobre o do Nordeste, o qual por sua vez se manteve para a subsistência.

O que nos importa aqui não é o quanto Simonsen descreveu corretamente o ciclo da pecuária, mas que tipo de características ele observou e selecionou em acordo com as políticas que defendia na década de 1930. A pecuária apresentava as seguintes características:

1. indústria local.

2. Exige poucos capitais próprios.
3. Mão de obra livre.
4. Voltada principalmente ao mercado interno.
5. Seus rendimentos ficavam no país.
6. Fomentadora de vias internas e feiras de comércio.
7. Criadora de “uma infraestrutura econômica unitária”.
8. Extensiva, ocupa grandes áreas com pequena população.
9. Manteve as populações do sul na “era de reajustamento” da economia exportadora, entre o fim da mineração e o advento do café.

Embora a teoria dos ciclos históricos produza uma aparente sucessão linear de fases marcadas por um produto principal de exportação e pelo conceito de *moving frontier* de Turner^[xxviii], Simonsen também levou em consideração as crises de transição e a superposição dos ciclos: “A transição da fase mineradora para a agrícola não se poderia ter verificado sem transe dolorosíssimos. O aparelhamento fiscal organizado para uma época de grandezas passou a pesar demasiado sobre uma lavoura pobre e uma indústria barata, como a da criação”^[xxix].

Simonsen não foi mero aplicador das teses de João Lúcio de Azevedo; não apresentou uma narrativa linear da história das formas de produção principais, dando atenção aos momentos de transição e às relações coetâneas de diferentes ciclos; e nem desprezou a formação do mercado interno na colônia enquanto atividade subsidiária e com tendência à maior estabilidade.

A pecuária foi o maior exemplo que ele encontrou para explicar a manutenção do país entre a crise da mineração (e do açúcar) e o florescimento do café. Cerca de meio século de crise intercíclica que correspondeu para ele a um “reajustamento” marcado por dificuldades na balança comercial e queda do poder aquisitivo da população.

Simonsen registra que nessa era houve surtos de outras atividades responsáveis por sustentar a balança comercial, como o algodão no Maranhão, mas depois decaíram. A pecuária se manteve porque estava ligada ao consumo regular e interno. Ela vencia a desarticulação de tipo colonial entre o mercado consumidor e a produção.

Ora, que atividade pode, acima das demais, apresentar caracteres como padronização, regularidade e continuidade? Decerto Simonsen projetou na pecuária virtudes típicas do capitalismo industrial. Embora a do açúcar também pudesse tê-las, resultava da iniciativa privada submetida aos azares do mercado mundial e entrosada num sistema que exigia a importação de todos os fatores de produção, exceto a terra:

“A indústria açucareira com outra organização social, funcionava, em grande parte, com capitais da metrópole, aos quais eram atribuídos os seus maiores proventos. A produção da pecuária e o seu rendimento ficavam incorporados ao país”^[xxx].

Obviamente, a conclusão política de Simonsen (lembramos que a base de seu livro estava sendo elaborada em 1932) é que “na elaboração de todos esses fatos econômicos teve *magna pars* o expansionismo paulista...”^[xxxi]. Também aqui podemos supor a projeção no passado do papel de destaque que ganhava a indústria paulista na transição do Brasil agrário ao urbano industrial.

Politicamente o reajustamento econômico da primeira metade do século XIX correspondeu à abertura dos portos que conteve a inflação no início, mas logo produziu o desequilíbrio na balança de pagamentos e desequilíbrio monetário que “se traduzia nas flutuações cambiais”. A abertura se combinou a um momento em que o país nem podia ter indústrias e as exportações eram insuficientes:

“O manifesto com que D. João VI procurou justificar aos seus vassalos de Portugal e Brasil os tratados que acabara de assinar, demonstra a assinalada intervenção que sobre esse e outros atos de governo tiveram na época os economistas da Escola Liberal”.[\[xxxii\]](#)

Simonsen diz que não era essa a política comercial que conviria a um país como o nosso: “Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por ‘polícias coloniais’, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América”[\[xxxiii\]](#).

Simonsen partilhava do mesmo entusiasmo otimista de Marx pelo capitalismo, com a diferença de que este via seu limite em contradições endógenas, enquanto aquele considerava o modo de produção do capital, baseado na propriedade privada, na concorrência, no lucro e na livre iniciativa, a finalidade humana, de modo que suas contradições poderiam ser harmonizadas pelo progresso. O fito do lucro era para Simonsen a mola propulsora do desenvolvimento.

Conclusão

Simonsen destacou-se na política nacional por apresentar os problemas de sua época segundo uma perspectiva de longa duração. Como notável historiador que era, tinha a perspectiva da gênese e da persistência de muitos dos óbices ao progresso material e cultural do país, segundo sua ótica.

Assim, ao contrário da maioria dos políticos que atuaram nos anos 1920, 30 e 40, Simonsen sobressaiu-se entre os de sua classe e junto aos políticos de um modo geral. Sua crítica ao comunismo, por exemplo, era racional. Havia bases sólidas na sua arguição a favor da economia de mercado e mesmo da participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento brasileiro. Mas também advogava o planejamento econômico.

Simonsen lia a obra de Marx, causando estranhamento entre seus amigos mais próximos. Na FIESP, ele cercou-se dos melhores assessores, independentemente da filiação ideológica, desde que trabalhassem pelo avanço do capitalismo no Brasil. Esse foi o caso de Heitor Ferreira Lima, assessor e, mais tarde, grande admirador de Simonsen. Lima havia sido secretário-geral do PCB em 1931.

Nas discussões sobre o planejamento brasileiro, Simonsen defendeu a planificação da economia brasileira com o intuito de prover o país e a sua população com recursos indispensáveis à sua segurança econômica e à sua colocação, em lugar condigno, na esfera internacional[\[xxxiv\]](#).

Ele ainda propôs que o programa de planejamento deveria ser discutido com as várias entidades classistas, a fim de não prejudicar atividades já em funcionamento no Brasil[\[xxxv\]](#). Todas essas propostas foram duramente atacadas por Eugenio Gudín [\[xxxvi\]](#), que adotava um liberalismo muito mais radical, no plano econômico, do que Simonsen; além de esposar a vocação agrícola do Brasil. É óbvio que Simonsen não desejava nenhum planejamento total, nem muito menos sufocar a iniciativa privada, mas garantir sua sobrevivência numa época em que a indústria ainda era pouco competitiva internacionalmente, e alguns setores básicos da nossa economia ainda não podiam atrair investimentos privados, dado o longo tempo de rotação do capital nesses ramos e taxas de lucro nem sempre animadoras inicialmente.

Simonsen também criticava a troca desigual entre “produtos coloniais” e manufaturados. Segundo ele, mesmo que haja

equilíbrio na balança comercial e de pagamentos, o intercâmbio favorece os países industrializados[xxxviii].

Seu conhecimento e admiração por Marx não lhe impedia de combater o comunismo. Nas eleições de 1946 elegeu-se, mediante campanha milionária, senador pelo PSD, derrotando o pintor Candido Portinari (PCB) num pleito em que houve acusações de fraude.

Sua obra não foi classificada pelos acadêmicos paulistas como uma interpretação própria do Brasil, mas as principais teses da USP por décadas se alimentaram de dados oferecidos nas obras de Simonsen.

Como capitalista, engenheiro, representante político de classe, líder econômico-corporativo e historiador, Simonsen foi raro exemplar de intelectual orgânico da burguesia de alto nível teórico. Mas ao lado do talento individual sobressaem a Revolução de 1930 e a industrialização como pano de fundo. Na etapa de desindustrialização atual, representantes de classe se reduzem ao nível corporativo e, por vezes, à simples corrupção-fraude. Representam um capitalismo de galpão e intermediação de bens importados, sem constituir uma hegemonia no espaço nacional capaz de integrar o território e incorporar a população num patamar de direitos básicos. Assim, a coerção torna-se o recurso dominante.

***Lincoln Secco** é professor do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *A revolução dos cravos: economias, espaços e tomadas de consciência (1961-1974)* (Ateliê Editorial) [<https://amzn.to/3S476E6>]

Referências Bibliográficas

AMZALAK, Moses Bensabat. *Economistas Brasileiros: Roberto Cochrane Simonsen*. Coimbra, Coimbra Editora, 1944.

AZEVEDO, João L. *Épocas de Portugal Econômico*. Lisboa, A. M. Teixeira, 1973.

BRITO, José Gabriel Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.

CAETANO, Coraly Gará. *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes*. Tese (doutorado). Campinas, Universidade de Campinas, 1994.

CALÓGERAS, J. P. *La Politique Monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

CARONE, Edgard. *Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1977.

CARREIA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

GUDIN, Eugênio. *Relatório sobre o Projeto de Planificação da Economia Brasileira, do Conselho de Política Industrial e Comercial*. Rio de Janeiro, Comissão de Planejamento Econômico, 1945.

HOWES, Robert William. *Progressive Conservatism in Brazil: Oliveira Viana, Roberto Simonsen and the Social Legislation of the Vargas regime (1930-1945)*. Universidade de Cambridge, mimeo., 1975.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Mauá e Roberto Simonsen*. São Paulo, Edaglit, 1963.

MENEZES, Djacir. "Simonsen e o Problema da Economia Nacional". *Digesto Econômico*, ano IV, n. 43, 1948, pp. 17-24.

NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

OLIVEIRA, Clovis de. *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. São Paulo, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1956.

ORTIGÃO, Ramalho. *A Moeda Circulante do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1914.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Plateia*, 31 jul. 1935.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Círculo do Livro, 1986.

SIMONSEN, Roberto C. "A Planificação da Economia Brasileira". In: _____. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. Seleção Edgard Carone. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Inep, 1960.

VIANA, Francisco (org.). *Roberto Simonsen: O Pioneiro que Levou a Indústria Brasileira para a Idade Moderna*. São Paulo, IstoÉ, 1998 (Coleção Dinheiro).

VIANNA, Victor. *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. VIEIRA, Rosa M. *O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen*. Dissertação (mestrado). São Paulo, Universidad

Notas

[i] Publicado no *Boletim Maria Antonia* do GMarx USP, ano V, N. 4, 2024 a partir de anotações de aula do curso de História Econômica na USP, 2024. Alguns poucos parágrafos foram retirados de artigo que publiquei há muito tempo na revista da Associação Comercial de São Paulo, *Digesto Econômico*.

[ii] Sodré, Nelson W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Inep, 1960, p. 196.

[iii] Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984, pp. 390-1.

[iv] Dois estudos pioneiros sobre Simonsen ainda servem para entender sua trajetória: Amzalak, Moses Bensabat. *Economistas brasileiros: Roberto Cochrane Simonsen*. Coimbra, 1944. Lima, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen*. São Paulo: edaglit, 1963. No cinquentenário da morte de Simonsen, a revista *Isto é dinheiro*, publicou um opúsculo sucinto e informativo: Viana, Francisco (coord). *Roberto Simonsen: o pioneiro que levou a indústria brasileira para a idade moderna*. São Paulo: coleção dinheiro, 1998.

[v] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, pp. 34 e 144.

[vi] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p. 390.

[vii] Acusações de malversação de fundos surgiram à época.

[viii] Cf. artigo de Caio Prado Jr., em *A Platéia*, 31 de julho de 1935.

[ix] Veja-se: Carone, E. *Pensamento industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.

[x] Para acalmar os fazendeiros, tomou-se a decisão de financiar a safra de café em 35\$000 a saca e compra de ¼ da produção pelo Estado mediante a emissão de obrigações do Estado a 20 anos de prazo e juros de 7%. O Governo foi, então, autorizado a emitir 290 mil contos. Oliveira, Clovis de. *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*, pp. 111-113.

[xi] A documentação referente a esse conselho acha-se reunida no Arquivo do Estado de São Paulo.

[xii] Vide: Vieira, Rosa M. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen*. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1987. Howes, Robert William. *Progressive conservatism in Brazil: Oliveira Viana, Roberto Simonsen and the social legislation of the Vargas regime (1930-1945)*, University of Cambridge, mimeo., 1975. Caetano, Coraly Gará. *Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes*. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 1994.

[xiii] Vide: Lima, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: companhia editora nacional, 1976.

[xiv] Castro Carrera, L. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Rio: imprensa nacional, 1889.

[xv] Calógeras, J.P. *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, 1910.

[xvi] Ramalho Ortigão. *A moeda circulante do Brasil*. Rio de Janeiro: tipografia do jornal do commercio, 1914.

[xvii] Vianna, V. *Histórico da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1922.

[xviii] Brito, José Gabriel Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, 3ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1980.

[xix] Sodré, Nelson W., op. cit., p. 213.

[xx] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p. 30.

[xxi] Azevedo, João L. *Épocas de Portugal econômico*, 3ªed. Lisboa: A. M. Teixeira, 1973.

[xxii] Eu encontrei uma obra de Sergio com dedicatória a Simonsen, o que parece mostrar que parte de sua biblioteca foi desmantelada.

[xxiii] Normano, J. F. *Evolução econômica do Brasil*, 2ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1975, pp.36-68.

[xxiv] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.144.

[xxv] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.17.

[xxvi] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.150.

[xxvii] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.151.

[xxviii] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p. 238.

[xxix] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p. 240.

[xxx] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.186.

[xxxi] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.188.

[xxxii] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.405.

[xxxiii] Simonsen, R. *História econômica do Brasil*; 8ªed. São Paulo: companhia editora nacional, 1978, p.406.

[xxxiv] Id. "A planificação da economia brasileira", in *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*; seleção de Edgard Carone. São Paulo: companhia editora nacional, 1973, p.304.

[xxxv] Cf. Lima, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*, op. cit., p.173.

[xxxvi] Gudín, E. *Relatório sobre o projeto de planificação da economia brasileira, do Conselho de política industrial e comercial*. Rio: comissão de planejamento econômico, 1945. Sobre a controvérsia: Teixeira, A., Maringoni, G. e Gentil, D. (Orgs). *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Slp: Ipea, 2010.

[xxxvii] Menezes, Djacir. "Simonsen e o problema da economia nacional". *Digesto Econômico*, Ano IV, N. 43, São Paulo, 1948.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA